



# **Santa Casa da Misericórdia de Vimioso**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2014**

## Índice

Balanço .....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	6
Anexo .....	7
1. Identificação da Entidade .....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	8
3.1. Bases de Apresentação .....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	16
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	17
6. Ativos Intangíveis .....	18
7. Locações .....	19
8. Custos de Empréstimos Obtidos .....	19
9. Inventários .....	20
10. Rédito .....	20
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	21
12. Subsídios do Estado .....	21
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	21
14. Imposto sobre o Rendimento .....	21
15. Benefícios dos empregados .....	22
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	22
17. Outras Informações .....	23
17.1. Investimentos Financeiros .....	23
17.2. Clientes e Utentes .....	23
17.3. Outras contas a receber .....	24
17.4. Diferimentos .....	24
17.5. Caixa e Depósitos Bancários .....	25
17.6. Fundos Patrimoniais .....	25
17.7. Fornecedores .....	25
17.8. Estado e Outros Entes Públicos .....	26
17.9. Outras Contas a Pagar .....	26
17.10. Subsídios, doações e legados à exploração .....	26

17.11. Fornecimentos e serviços externos .....	27
17.12. Outros rendimentos e ganhos .....	27
17.13. Outros gastos e perdas .....	28
17.14. Resultados Financeiros .....	28
17.15. Acontecimentos após data de Balanço .....	28

## Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2.144.367,80	2.236.394,48
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	9.483,61	1.550,44
Investimentos financeiros	17,1	1.349,80	1.009,01
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2.155.201,21	2.238.953,93
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	25.462,28	24.963,67
Clientes	17,2	25.474,65	20.367,72
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	17,8	20.777,26	28.585,49
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	17,3	85.281,26	163.402,64
Diferimentos	17,4	4.294,44	3.967,29
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17,5	107.230,42	81.750,81
Subtotal		268.520,31	323.037,62
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.423.721,52</b>	<b>2.561.991,55</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	17,6		
Fundos		429.333,58	429.333,58
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		846.201,53	861.945,55
Excedentes de revalorização		426,59	426,59
Outras variações nos fundos patrimoniais		952.769,96	975.053,11
Resultado Líquido do período		(13.678,55)	(13.657,50)
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>2.215.053,11</b>	<b>2.253.101,33</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	8		47.876,39
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	47.876,39
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17,7	45.394,77	78.160,40
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	17,8	20.853,26	18.683,16
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	8	61.428,40	65.081,43
Diferimentos	17,4	16.710,17	31.010,33
Outras contas a pagar	17,9	64.281,81	68.078,51
Outros passivos financeiros			
Subtotal		208.668,41	261.013,83
<b>Total do passivo</b>		<b>208.668,41</b>	<b>308.890,22</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2.423.721,52</b>	<b>2.561.991,55</b>

Vimioso, 1 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O PROVEDOR

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	10	940.108,95	926.450,46
Subsídios, doações e legados à exploração	12 - 17,10	536.049,32	535.346,06
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		16.650,00	16.650,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(246.691,70)	(270.027,76)
Fornecimentos e serviços externos	17,11	(285.778,44)	(281.841,82)
Gastos com o pessoal	15	(895.620,04)	(862.293,58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	17,12	49.315,82	61.151,04
Outros gastos e perdas	17,13	(9.686,34)	(14.942,85)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>104.347,57</b>	<b>110.491,55</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 - 6	(117.088,01)	(121.580,36)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(12.740,44)</b>	<b>(11.088,81)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17,14	49,07	
Juros e gastos similares suportados	17,14	(987,18)	(2.568,69)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(13.678,55)</b>	<b>(13.657,50)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(13.678,55)</b>	<b>(13.657,50)</b>

Vimioso, 1 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O PROVEDOR

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		603.005,80	586.928,14
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(558.402,90)	(492.453,27)
Pagamentos ao pessoal		(640.896,31)	(636.360,77)
Caixa gerada pelas operações		(596.293,41)	(541.885,90)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(51.421,52)	(45.199,02)
Outros recebimentos/pagamentos		739.525,49	691.712,07
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>91.810,56</b>	<b>104.627,15</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(10.111,23)	(11.225,96)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			180,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(10.111,23)</b>	<b>(11.045,96)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(53.800,83)	(53.126,78)
Juros e gastos similares		(956,42)	(2.518,15)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento		(1.462,47)	(1.624,86)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(56.219,72)</b>	<b>(57.269,79)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>25.479,61</b>	<b>36.311,40</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>81.750,81</b>	<b>45.439,41</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>107.230,42</b>	<b>81.750,81</b>

Vimioso, 1 de Março 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O PROVEDOR

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, doravante abreviadamente designada «SCMV» ou «Entidade», é uma Entidade Particular de Solidariedade Social constituída em 11/04/1985, (data de aprovação dos Estatutos pela Segurança Social), com sede na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 8 na freguesia e concelho de Vimioso, distrito de Bragança.

Tem como atividade principal o apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento a fim de assegurar / auxiliar os seus cerca de 180 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Centro de Dia;
- Unidade de Cuidados Continuados;
- Cantina Social

Tem como atividade complementar a atividade de Lavandaria, sendo esta atividade de natureza comercial, uma vez que se prestam serviços ao público em geral.

As demonstrações são apresentadas à data de 31 de dezembro de 2014, em euros, arredondado a duas casas decimais, e foram aprovadas por unanimidade em Assembleia Geral no dia 27 de março de 2015.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade;
- Regime de periodização económica (acrécimo);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Compensação;
- Comparabilidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 17.3 e 17.9) e “*Diferimentos*” (Nota 17.4)

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 40 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	5 anos
Programas de Computador	3 anos
Propriedade Industrial	-
...	-
Outros Ativos intangíveis	-

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### **Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### **Clientes e outras contas a Receber**

Os “*Clientes*” e as “*Outras contam a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.6. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.7. Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

### **3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	437,04	(10,45)	-	-	426,59
Edifícios e outras construções	2.840.685,67	152,77	-	-	-	2.840.838,44
Equipamento básico	520.795,33	2.346,74	-	-	-	523.142,07
Equipamento de transporte	198.325,35	2.800,00	-	-	-	201.125,35
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	166.867,20	514,14	-	-	-	167.381,34
Outros Ativos fixos tangíveis	28.418,82	2.974,26	-	-	-	31.393,08
<b>Total</b>	<b>3.755.092,37</b>	<b>9.224,95</b>	<b>(10,45)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.764.306,87</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	647.573,79	60.567,44	-	-	-	708.141,23
Equipamento básico	400.963,22	43.768,99	-	-	-	444.732,21
Equipamento de transporte	177.157,35	7.567,00	-	-	-	184.724,35
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	158.006,81	5.137,25	-	-	-	163.144,06
Outros Ativos fixos tangíveis	25.446,51	1.724,03	-	-	-	27.170,54
<b>Total</b>	<b>1.409.147,68</b>	<b>118.764,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.527.912,39</b>

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	426,59	-	-	-	-	426,59
Edifícios e outras construções	2.840.838,44	701,00	-	-	-	2.841.539,44
Equipamento básico	523.142,07	8.916,81	-	-	-	532.058,88
Equipamento de transporte	201.125,35	11.500,00	-	-	-	212.625,35
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	167.381,34	1.408,35	-	-	-	168.789,69
Outros Ativos fixos tangíveis	31.393,08	1.682,86	-	-	-	33.075,94
<b>Total</b>	<b>3.764.306,87</b>	<b>24.209,02</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.788.515,89</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	708.141,23	58.814,18	-	(236,98)	-	766.718,43
Equipamento básico	444.732,21	42.913,18	-	-	-	487.645,39
Equipamento de transporte	184.724,35	9.867,00	-	-	-	194.591,35
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	163.144,06	3.336,92	-	-	-	166.480,98
Outros Ativos fixos tangíveis	27.170,54	1.541,40	-	-	-	28.711,94
<b>Total</b>	<b>1.527.912,39</b>	<b>116.472,68</b>	<b>-</b>	<b>(236,98)</b>	<b>-</b>	<b>1.644.148,09</b>

## 6. Ativos Intangíveis

### Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	48.747,09	-	-	-	-	48.747,09
Programas de Computador	3.999,38	-	-	-	-	3.999,38
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Website mvimioso.pt	-	799,50	-	-	-	799,50
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.746,47</b>	<b>799,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.545,97</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	45.279,84	2.556,42	-	-	-	47.836,26
Programas de Computador	3.900,04	99,33	-	-	-	3.999,37
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Website mvimioso.pt	-	159,90	-	-	-	159,90
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>49.179,88</b>	<b>2.815,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.995,53</b>

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	48.747,09	8.548,50	-	-	-	57.295,59
Programas de Computador	3.999,38	-	-	-	-	3.999,38
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	799,50	-	-	-	-	799,50
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>53.545,97</b>	<b>8.548,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.094,47</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	47.836,26	455,42	-	-	-	48.291,68
Programas de Computador	3.999,37	0,01	-	-	-	3.999,38
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Website mvimioso.pt	159,90	159,90	-	-	-	319,80
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>51.995,53</b>	<b>615,33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52.610,86</b>

## 7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2014			2013		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	20.600,00	(13.733,32)	6.866,68	20.600,00	(10.299,99)	10.300,01
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.600,00</b>	<b>(13.733,32)</b>	<b>6.866,68</b>	<b>20.600,00</b>	<b>(10.299,99)</b>	<b>10.300,01</b>

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
	Capital em Dívida	Capital em Dívida
Até um ano	2642,20	-
De um a cinco anos	-	7814,57
Mais de cinco anos	-	-
<b>Total</b>	<b>2642,20</b>	<b>7814,57</b>

## 8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	45.081,88	-	45.081,88	42.564,25	47.876,39	90.440,64
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>45.081,88</b>	<b>-</b>	<b>45.081,88</b>	<b>42.564,25</b>	<b>47.876,39</b>	<b>90.440,64</b>

Em 31 de dezembro de 2012, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2014	2013
	Capital em Dívida	Capital em Dívida
Até um ano	45081,88	42564,25
De um a cinco anos	-	47876,39
Mais de cinco anos	-	-
<b>Total</b>	<b>45081,88</b>	<b>90440,64</b>

## 9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias Primas e Consumíveis	23.789,67	264.357,12	6.229,77	24.963,67	247.863,18	(1.527,26)	25.462,28
Imputação Iva - Autoconsumos	-	1.019,79	(404,92)	-	854,39	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23.789,67</b>	<b>265.376,91</b>	<b>5.824,85</b>	<b>24.963,67</b>	<b>248.717,57</b>	<b>(1.527,26)</b>	<b>25.462,28</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>270.027,76</b>			<b>246.691,70</b>

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas e Consumíveis*” se desdobram da seguinte forma:

- Géneros Alimentares: 152.903,12 €
- Produtos de Limpeza: 19.217,91 €
- Produtos de Higiene e Conforto: 35.648,52 €
- Material Clínico e Hospitalar: 20.260,36 €
- Medicamentos: 13.269,93 €
- Produtos de Lavandaria: 5.391,86 €

## 10. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	940.108,95	926.450,46
Quotas dos utilizadores	437.843,00	420.545,74
Quotas e Jóias	4.135,00	3.524,00
Promoções para captação de recursos	470.924,21	480.671,17
Serviços Secundários	27.206,74	21.709,55
...	-	-
Juros	49,07	-
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
<b>Total</b>	<b>940.158,02</b>	<b>926.450,46</b>

## 11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não foram reconhecidos quaisquer provisões, passivos e ativos contingentes no período.

## 12. Subsídios do Estado

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Estado”:

Descrição	2014	2013
<b>Subsídios do Estado</b>	<b>528.885,40</b>	<b>522.882,45</b>
Instituto de Segurança Social, IP	455.071,00	445.605,43
DREN	13.110,64	12.950,69
IEFP	44.687,17	40.199,32
POPH	16.016,59	24.127,01
	-	-
	-	-
<b>Total</b>	<b>528.885,40</b>	<b>522.882,45</b>

## 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nada a divulgar.

## 14. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2010 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 2010 a 2014.

A Santa Casa da Misericórdia de Vimioso não está isenta de IRC na atividade de Lavandaria.

## 15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2014 e 2013, foram 5 e não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 77 e em 31/12/2013 foi de 74.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	749.254,21	727.157,59
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	138.681,04	126.442,78
Seguros de Acidentes no Trabalho	4.152,03	3.938,19
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	3.532,76	4.755,02
<b>Total</b>	<b>895.620,04</b>	<b>862.293,58</b>

Número Médio de Colaboradores	2014	2013
Lar de Idosos	35,28	33,78
ATL	2,79	2,79
Serviço Apoio Domiciliário	5,69	5,63
Centro de Dia	0,45	0,43
Unidade de Cuidados Continuados	27,09	25,07
Lavandaria	5,70	6,30
<b>Total</b>	<b>77,00</b>	<b>74,00</b>

## 16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Investimentos noutras empresas - Crédito Agrícola	1.000,00	1.000,00
Fundos de Compensação do Trabalho	349,80	9,01
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>1.349,80</b>	<b>1.009,01</b>

### 17.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>25.474,65</b>	<b>20.367,72</b>
Clientes	-	12,30
Utentes	25.474,65	20.355,42
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes factoring</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Total</b>	<b>25.474,65</b>	<b>20.367,72</b>

**17.3. Outras contas a receber**

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
<b>Outros Devedores</b>	<b>84.275,88</b>	<b>162.093,83</b>
ARS	53.007,34	94.451,84
Segurança Social - Subsistema	10.957,15	11.090,37
Segurança Social - Cantina Social	2.712,50	4.122,50
Ministério da Justiça	-	1.675,01
Sistema de Apoio a Doentes - PSP	-	629,42
Serviços Sociais - CGD	715,25	715,25
Instituto Ação Social Forças Armadas	143,05	
Município de Vimioso	912,53	
União das Misericórdias de Vimioso	428,08	
IEFP	9.347,52	11.184,25
DREN	6.052,46	9.064,66
POPH	-	29.160,53
<b>Adiantamentos a utentes</b>	<b>712,98</b>	<b>1.308,81</b>
<b>Unidade Domiciliária Paliativos</b>	<b>292,40</b>	<b>-</b>
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>85.281,26</b>	<b>163.402,64</b>

**17.4. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros Pagos	4.294,44	3.967,29
...	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>4.294,44</b>	<b>3.967,29</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
IEFP	16.432,45	1.539,03
Renda Laboratório	277,72	275,00
POPH - Cursos Formação	-	29.196,30
<b>Total</b>	<b>16.710,17</b>	<b>31.010,33</b>

**17.5. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
<b>Caixa</b>	<b>2.123,79</b>	<b>4.119,45</b>
Caixa Sede	440,20	109,42
Caixa ERPI	11,13	41,13
Caixa UCC	1.672,46	3.968,90
Caixa Lavandaria	-	-
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>105.106,63</b>	<b>77.631,36</b>
Caixa Geral de Depósitos	44.082,85	14.357,00
Millennium BCP	19.569,81	22.217,46
Crédito Agrícola	40.486,49	36.344,91
Banco Popular	967,48	4.711,99
<b>Depósitos a prazo</b>	-	-
<b>Outros</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>107.230,42</b>	<b>81.750,81</b>

**17.6. Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	429.333,58	-	-	<b>429.333,58</b>
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	861.945,55	57.246,64	(72.990,66)	<b>846.201,53</b>
Excedentes de revalorização	426,59	-	-	<b>426,59</b>
Outras variações nos fundos patrimoniais	975.053,11	11.500,00	(33.783,15)	<b>952.769,96</b>
<b>Total</b>	<b>2.266.758,83</b>	<b>68.746,64</b>	<b>(106.773,81)</b>	<b>2.228.731,66</b>

**17.7. Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	45.394,77	78.160,40
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>45.394,77</b>	<b>78.160,40</b>

**17.8. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
<b>Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)</b>	-	-
Iva a Recuperar - Regime de Isenção	15.196,97	22.786,33
Iva a Recuperar - Regime Normal	5.580,29	5.799,16
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>20.777,26</b>	<b>28.585,49</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	4.496,00	4.500,00
Segurança Social	16.308,16	14.178,21

**17.9. Outras Contas a Pagar**

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	<b>1.577,40</b>	-	<b>999,93</b>
Remunerações a pagar	-	543,31	-	512,33
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	1.034,09	-	487,60
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	<b>7.571,01</b>	-	<b>5.543,85</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	-	<b>52.486,47</b>	-	<b>52.796,66</b>
<b>Outros credores</b>	-	<b>2.646,93</b>	-	<b>8.738,07</b>
	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>64.281,81</b>	-	<b>68.078,51</b>

**17.10. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios de outras entidades	5.706,00	5.904,67
Doações	1.457,92	6.558,94
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>7.163,92</b>	<b>12.463,61</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**17.11. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	550,99	1.046,11
Serviços especializados	86.306,28	74.112,62
Materiais	6.668,30	6.037,72
Energia e fluidos	124.045,88	128.163,38
Deslocações, estadas e transportes	1.127,79	972,05
Serviços diversos	<b>67.079,20</b>	<b>71.509,94</b>
<i>Rendas e Alugueres</i>	737,88	88,13
<i>Comunicação</i>	6.578,95	5.135,70
<i>Seguros</i>	5.938,30	5.713,93
<i>Contencioso e Notariado</i>	2.114,53	294,33
<i>Despesas Representação</i>	257,45	702,50
<i>Recolha de Resíduos Hospitalares</i>	1.495,08	1.149,42
<i>Encargos de Saúde com Utentes</i>	17.325,51	13.455,04
<i>Despesas com Lavandaria</i>	16.650,00	16.650,00
<i>Cursos Formação</i>	11.723,10	23.385,96
<i>Outros Fornecimentos e Serviços</i>	4.258,40	4.934,93
<b>Total</b>	<b>285.778,44</b>	<b>281.841,82</b>

**17.12. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	4.480,27	4.238,28
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,57	0,01
Recuperação de dívidas a receber	-	1.400,00
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	169,55
Outros rendimentos e ganhos	44.834,98	55.343,20
<b>Total</b>	<b>49.315,82</b>	<b>61.151,04</b>

**17.13. Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	8.039,63	8.179,28
Descontos de pronto pagamento concedidos	5,00	6,39
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1.116,68	6.757,18
Fundo reestruturação Sector Solidário	525,03	-
<b>Total</b>	<b>9.686,34</b>	<b>14.942,85</b>

**17.14. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	960,08	2.523,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	27,10	45,66
<b>Total</b>	<b>987,18</b>	<b>2.568,69</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	49,07	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>49,07</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(938,11)</b>	<b>(2.568,69)</b>

**17.15. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas em Assembleia Geral no dia 27 de março de 2015.

Vimioso, 31 de março de 2015

O Provedor

O Técnico Oficial de Contas

Francisco Jerónimo Machado

Carlos Manuel Meirinho Martins, 88299